


Territorialização e migração: um breve estudo demográfico sobre o processo de litoralização em Balneário Camboriú/SC

Territorialization and migration: a brief demographic study on the coastline process in Balneário Camboriú/SC

Tafarel Cassaniga

Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Universidade do Estado de Santa Catarina, bolsista UNIEDU/SC. E-mail: tafa.cassaniga@hotmail.com.

 0000-0003-3406-6297

Júlia Teixeira Lahm Dametto

Doutoranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: juliatlahm@gmail.com.

 0000-0002-8217-3532

Resumo

Este artigo apresenta e correlaciona as teorias do território com a dinâmica da migração em Santa Catarina na atualidade, focando no processo de litoralização em Balneário Camboriú. O trabalho investiga fontes de dados demográficos, tanto dos censos do IBGE como também fontes do SIDRA/IBGE, além de analisar a evolução demográfica de Balneário Camboriú demonstrando como se consolidou um polo de atração populacional estimulado economicamente pelo turismo, comércio e construção civil.

Palavras-chave: migração; litoralização; Balneário Camboriú.

Abstract

This article presents and correlates theories of territory with the dynamics of migration in Santa Catarina today, focusing on the process of littoralization in Balneário Camboriú. The work investigates sources of demographic data, both from the IBGE censuses and also from SIDRA/IBGE sources, in addition to analyzing the demographic evolution of Balneário Camboriú, demonstrating how a pole of population attraction was consolidated, economically stimulated by tourism, commerce and civil construction

Keywords: migration; littoralization; Balneário Camboriú.

DOI: <https://doi.org/10.18616/rdsd.v9i1.7823>

Recebido: 13/02/2023

Aprovado: 11/04/2023



PPGDS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO - UNESC



1. Introdução

O estudo do território perpassa por discussões de diversos autores do campo da Geografia. Sobretudo, autores internacionais e brasileiros abordam teorias que auxiliam no processo de compreensão do espaço a partir de perspectivas temporais ao longo da história. Estudar o território se configura em entender as relações de poder, bem como as relações entre os indivíduos e grupos sociais (SAQUET, 2003; HASBAERT, 2002; RAFFESTIN, 1993). O homem, desde os primórdios, se territorializa e, cada vez mais, busca compreender seu processo de desenvolvimento localmente. As migrações, no entanto, são o transcórre dos desdobramentos dos territórios pelo qual avançam diversas escalas a partir de diferentes identidades e tempos.

Os deslocamentos populacionais são analisados como parte da configuração dos territórios. Deste modo, a identidade do Estado de Santa Catarina é marcada por um território de migrações, tanto internacionais (colonização europeia no século XIX), como também, migrantes internos de diversas regiões do Brasil. Desde meados da década de 1960 o estado de Santa Catarina recebe imigrantes da região sul do país, em especial gaúchos e paranaenses (MIRA, 2000; DESCHAMPS E DELGADO, 2014). No entanto, devido ao crescimento econômico aliado ao processo de industrialização que o Estado vivenciou no início do século XXI, Santa Catarina passou por um significativo crescimento demográfico migratório em cidades médias do seu território, tais como: Florianópolis, Blumenau, Itajaí, Brusque e Balneário Camboriú.

Devido a tais contextos, migrantes de diversas outras regiões do Brasil procuram Santa Catarina com o intuito de melhorar de vida, sobretudo, cidades situadas no litoral do Estado. Em vista disso, este artigo busca apontar um breve estudo sobre o crescimento demográfico no município de Balneário Camboriú que teve um aumento de aproximadamente 47% comparado aos últimos dois censos realizados. No entanto, esse expressivo aumento traz relação com os movimentos migratórios rumo ao litoral.

Além desta introdução, o trabalho conta com mais três seções. A primeira apresenta brevemente os conceitos de território apoiando-se em teorias de autores internacionais e nacionais, pelo qual discutem algumas ramificações no estudo de território, como territorialidades e territorialização a partir de redes migratórias. A segunda seção contempla um estudo demográfico sobre o processo de litoralização em Santa Catarina. A terceira seção trata de uma análise mais específica sobre os dados demográficos, levando em questão o município de Balneário Camboriú/SC nas últimas duas décadas. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2. O estudo do território: as territorialidades entre as redes migratórias

A definição de território já foi e ainda é bastante discutida entre diversos autores,

principalmente dentro da corrente de pensamento ligada à Geografia Crítica e Política. Aqui serão discutidos os conceitos de território de acordo com alguns autores, sendo eles: Friedrich Ratzel, Claude Raffestin, Milton Santos, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, Marcos Aurélio Saquet e Manuel Correia de Andrade. Cada autor dá ênfase a algum ou alguns aspectos dentro da conceituação de território, sejam eles, o aspecto econômico, social, ambiental, político ou cultural, assim como o entrelaçamento desses fatores. De acordo com os autores estudados, o território está em constante construção e desconstrução e está diretamente relacionado à transformação do espaço geográfico, sendo que as migrações são parte importante dessas transformações.

Antes de discutir o conceito de território é necessário conceituar o espaço geográfico, já que ele está em posição que antecede o território. Podemos dizer que o território é gerado a partir do espaço e apropriando-se do espaço o ator o "territorializa" (RAFFESTIN, 2009). Milton Santos (1996), assim como Claude Raffestin (1993), conceituam o espaço geográfico como um conjunto de sistemas de ações e sistemas de objetos, conjunto esse indissociável, solidário e contraditório.

Assim, pode-se dizer que espaço geográfico e território não são termos equivalentes e nem sinônimos. Território pode ser uma fração do espaço geográfico, mas também pode se constituir de espaços imateriais (culturais, políticos, sociais). Todo o território é um espaço (material ou imaterial), mas nem todo o espaço é um território, já que este só se efetiva a partir das relações sociais. Os territórios não são fixos, eles se movem dentro do espaço. Dessa forma, o espaço geográfico de uma cidade é um território, mas ali dentro da cidade há outros diversos territórios menores que coexistem. A isso Rogério Haesbaert (2002) chama de multiterritorialidades.

Friedrich Ratzel (1844-1904) foi um dos pioneiros na sistematização da conceituação de território e trouxe a ideia de que o território é imprescindível para alcançar os objetivos políticos. Para ele, para existir o domínio do Estado seria necessário existir um território. Pela sua formação naturalista, Ratzel traz a noção de território derivada da noção de habitat, ideia usada na Biologia para a marcação de áreas de domínio de determinadas espécies de animais. Portanto, sua abordagem trata o território como sinônimo de solo e/ou de ambiente. "Uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano" (RATZEL, 1990). Em sua argumentação, as necessidades de habitação e alimentação determinam as relações entre sociedade e território, o que justificaria a apropriação e a defesa dos Estados-nação (CANDIOTTO; SANTOS, 2009).

Para Milton Santos (1985) a formação do território é algo externo ao território, de forma que a periodização da história é que define como será organizado o território, como serão suas configurações econômicas, políticas, sociais ou culturais. O autor coloca que a mesma paisagem ou a mesma configuração territorial podem nos oferecer, no decorrer da história, espaços diferentes, devido ao constante movimento em que a sociedade se

encontra (SANTOS,1996).

Sendo assim, a cada momento histórico os elementos vão se movimentando, assim como as pessoas, a cultura e a sociedade e os valores podem ir se modificando tanto temporalmente como fisicamente.

Claude Raffestin, além do conceito de espaço, que é anterior ao território, também enfatiza o caráter político do território:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Para este autor o território é constituído principalmente por relações marcadas pelo poder. Porém, ao contrário de Ratzel, na qual o território é o palco para as ações da sociedade, para Raffestin o espaço é o substrato, além do Estado-nação, nele e através dele ocorrem as relações políticas, econômicas, culturais e sociais que definem o espaço geográfico (CANDIOTTO; SANTOS, 2009).

Manuel Correia de Andrade (1995) traz um contraponto, quando diz que o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço. Ele também associa território à ideia de poder e controle, com uma abordagem profundamente política e econômica do conceito. O autor coloca que é no território que a população ocupa e efetivamente acontecem as relações entre a população, economia, mercados, produção, comércio e transportes. Já o espaço é mais amplo que o território englobando, às vezes, áreas vazias, não ocupadas efetivamente, que ainda não se territorializaram, associando a ocupação humana à ideia de territorialização, que é a forma como se materializa o território.

Já para Rogério Haesbaert (2002) o território pode ser classificado em 3 vertentes básicas: 1) Jurídico-política: poder principalmente de caráter estatal; 2) Cultural (ista): dimensões mais simbólicas e subjetivas de apropriação feita através do imaginário ou identidade social; 3) Econômica: embate entre as classes sociais e relação capital-trabalho, desterritorialização em caráter material.

Já a multiterritorialidade, Haesbaert (2002) identifica reunida em três elementos: territórios-zona: em que prevalece a lógica política; territórios-rede: em que prevalece a lógica econômica; e aglomerados de exclusão: em que ocorre a exclusão socioeconômica de determinadas pessoas. Para este autor o território "é sempre multidimensional e multiescalar, material e imaterial, de dominação e apropriação ao mesmo tempo." (HAESBAERT, 2004), assim como o autor também destaca que o território é um espaço híbrido - "uma complexa interação espaço-tempo".

Marcelo Lopes de Souza é outro autor contemporâneo e brasileiro que conceitua território como "todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder"

destacando como exemplos desde uma gangue de bairro, até o bloco de países que constituem a OTAN. Para ele a abordagem territorial é tanto política quanto cultural, havendo assim dentro de uma mesma cidade, múltiplos territórios, que podem ser permanentes ou temporários. Assim a vinculação de território ao Estado-nação, para este autor, não é suficiente, tendo em vista que “os territórios são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas espaciais e temporais” (SOUZA, 2001).

Outro importante teórico brasileiro que discute o conceito de território é Marcos Aurélio Saquet, que se destaca por considerar a vertente da natureza, que ele coloca como indissociável do território. (SAQUET, 2004). Além da natureza, ele diz que o território acontece em diferentes escalas e é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por determinado grupo social e não apenas na ideia de Estado-nação, sendo o país o receptáculo de diversos territórios e não somente o território. (CANDIOTTO; SANTOS, 2009).

Diferente das abordagens anteriores, Saquet diz que há uma interdependência entre espaço e território, pois ambos estão ligados e são indissociáveis. Assim, inicia a conceituação da territorialidade como “manifestações subjetivas e coletivas do uso e apropriação dos territórios” e territorialização que o autor coloca como “produtor dos territórios” (CANDIOTTO; SANTOS, 2009).

Ao considerar os referidos aspectos é importante ressaltar que a territorialização combina aspectos ligados ao movimento de reprodução da sociedade e da natureza como elementos específicos de cada lugar. E as territorialidades, ainda segundo Saquet (2003), são entendidas como o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, da família etc. A territorialidade, neste caso, está ligada ao cotidiano por influências culturais, políticas, econômicas, ambientais dos indivíduos e grupos sociais. Aqui reaparece o conceito de multiterritorialidade que afirma que é possível acessar ou conectar diversos territórios, pela facilidade de mobilidade dos tempos atuais – concreta e virtual (ciberespaço) – ou seja, experimentar vários territórios ao mesmo tempo. Como as relações de poder estão sempre em movimento, os territórios são fluidos, podendo ser temporários ou relativamente permanentes, havendo temporalidades heterogêneas, lentas e rápidas coexistindo simultaneamente (CANDIOTTO; SANTOS, 2009).

Neste sentido, cabe destacar o enfoque de Souza (1995) a respeito do *ciberespaço*, espaço virtual, onde surgem territórios imateriais, assim como novas territorialidades. Antes de existir o espaço virtual, as territorialidades se limitavam às relações estabelecidas fisicamente, porém com a chegada das tecnologias como rádio, TV, telefone e internet (principalmente), ampliam-se e se complexificam as conexões e territorialidades entre grupos sociais, avançando de territórios-zona para territórios-rede, conceitos que Haesbaert (2002) já havia discutido e que, por sua vez, acompanham as teorias dos movimentos migratórios.

Analisando a colocação destes diversos autores, alguns mais antigos e outros mais contemporâneos, pode-se notar que os componentes essenciais do território são o poder, a dominação ou controle, associados a um espaço, material ou imaterial, produzidos por ações e objetos, indo além de uma delimitação física, correspondente à uma combinação da dimensão material com a simbólica (CANDIOTTO; SANTOS, 2009).

As territorialidades, segundo os autores acima citados, estão ligadas ao dia a dia das pessoas, tanto por influências culturais, políticas, econômicas e, principalmente, relações entre indivíduos e grupos sociais. Assim dizendo, a territorialidade é a qualidade que o território ganha de acordo com a sua utilização pelo ser humano. Desta forma, Andrade (1995, p.20), ensina que tal conceito:

“Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado [...] A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas”.

A participação do território a partir de um processo de confraternização, como o autor acima citado evidencia, entra em contraponto com os movimentos migratórios por meio das interações em rede que, por sua vez, provocam a construção de territórios interligados culturalmente, economicamente e politicamente.

Para tal definição, os autores Saquet e Modardo (2008, p. 123) complementam:

Os migrantes produzem territórios e redes, territórios em rede, através da integração ao mercado de sua força de trabalho, da comercialização, da comunicação, das representações, das organizações políticas, das viagens... Os fluxos cotidianos, portanto, cruzam-se construídos numa lógica de conexão em rede, articulando territórios através das redes de circulação de pessoas, de capital e de relações sociais.

Sobretudo, as transformações no espaço, do ponto de vista econômico, social e cultural, são entrelaçadas ao papel do migrante e sua capacidade de (re) produzir seu espaço impondo territorialidades. O autor Haesbaert (1994) acredita que os territórios (geográficos, sociológicos, afetivos... – materiais ou imateriais -) estão sendo transformados, juntamente com identidades culturais (ou, no caso territoriais) e, também, pelo controle estatal sobre o espaço. Ainda ensina que, por meio das redes técnicas da globalização, as transformações identitárias dos territórios tomariam conta do mundo. Desta forma, os territórios são reconstruídos em diversas escalas, incluindo a planetária.

E ainda em relação a essa situação, vale mencionar que o processo de territorialização implica diretamente na subjetividade do migrante, visto que o espaço é acompanhado de uma reprodução social, econômica, cultural e política que, neste caso, a migração entra em perspectiva por meio da redistribuição populacional.

3. A “litoralização” em Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina ocupa uma superfície de 95.346,181 km² e, segundo os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021 (população estimada), o Estado conta com uma população de 7.338.473 habitantes. A população de Santa Catarina apresentou, no ano de 2010, um crescimento de 16,6% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. Ainda de acordo com os dados do IBGE, a população urbana soma 84% em seu território, enquanto 16% estão em áreas rurais. O estado possui 295 municípios que, ao seu turno, reflete uma realidade de um território composto basicamente por municípios de pequeno porte.

Tabela 1 – População rural e urbana de Santa Catarina (Censos demográficos – 1970 a 2010)

Censo Demográfico	População Urbana	População Rural	População Total
1970	1.247.158	1.654.502	2.901.660
1980	2.154.250	1.474.042	3.628.292
1991	3.208.537	1.333.457	4.541.994
2000	4.217.931	1.138.429	5.356.360
2010	5.247.913	1.000.523	6.248.436

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em IBGE/SIDRA - Censos demográficos (1970-2010).

A partir dos dados da tabela 1 percebe-se a evolução da população catarinense desde 1960, bem com a mudança na dinâmica rural e urbana a partir da década 1980. Também, importante destacar o aumento expressivo da população urbana nas últimas décadas e a diminuição da população rural gradativamente nos últimos censos (Tabela 2).

Tabela 2 – População residente em Santa Catarina – percentual do total geral (1970-2010)

Situação do domicílio	ANO				
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbana	42,98	59,37	70,64	78,75	83,99
Rural	57,02	40,63	29,36	21,25	16,01

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em IBGE/SIDRA - Censos demográficos (1970-2010).

Em uma perspectiva histórica, no século XIX o Estado de Santa Catarina é marcado pelo auge da imigração europeia. Mamigonian (1966) afirma que no período compreendido entre 1850 e 1900 os vales atlânticos foram ocupados por pequenas explorações policultoras. Em Joinville e Vale do Itajaí verificou-se ocupações de alemães e, no sul do Estado, imigrantes italianos. O autor ainda aborda que as áreas germânicas se industrializaram devido a imigração possuir mão-de-obra especializada. Neste caso, pequenos industriais, comerciantes, engenheiros e operários especializados foram forçados a abandonar a Alemanha devido às crises econômicas.

De acordo com Mamigonian (1965), os pequenos agricultores, artesãos, operários e comerciantes que se estabeleceram no Vale do Itajaí já praticavam uma significativa divisão social do trabalho na Europa que, por sua vez, já estava em processo de industrialização. Diante disto, a pequena produção mercantil estabelecida em Santa Catarina revela especificidades na sua composição industrial. Jurgenfeld (2012) aborda que a partir de 1880 a pequena produção mercantil contribuiu para o início do processo de industrialização no Vale de Itajaí.

Por esta abordagem, os autores Seabra; Bez e Bornschein (2010) enfatizam sobre a história da indústria de Santa Catarina em que o processo de colonização, principalmente alemã (1830-1880), no Vale do Itajaí, e italiana em finais do século XIX, no sudeste do Estado, impulsionaram a povoação do território com destaque ao litoral.

Os polos industriais estabelecidos nas regiões próximas ao litoral, como os complexos têxteis no Vale do Itajaí, o metal-mecânico na região de Joinville e, a indústria carbonífera e de revestimentos cerâmicos no Sul do Estado, influenciaram decisivamente o desenvolvimento dessas regiões no leste do Estado de Santa Catarina. Ainda, segundo os autores acima citados, há fatores geoeconômicos que intensificam a tendência da litoralização em Santa Catarina. Já que o Estado não possui metrópoles e detém uma distribuição de renda pessoal entre as melhores do Brasil, o atual processo de liberalização comercial e de maior mobilidade das multinacionais têm acentuado um rápido crescimento econômico em regiões próximas ao litoral.

Cabe ressaltar que o processo de litoralização¹ catarinense constitui-se em um movimento verificado nas últimas décadas caracterizado pela forte presença populacional das mesorregiões Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte Catarinense, sobretudo, em suas áreas litorâneas. Isto se dá em relação a uma diminuição relativa da população as demais mesorregiões do estado, tais como: a região Serrana, o Oeste Catarinense, e em menor proporção, a Sul Catarinense (SILVA e MATTEI, 2003).

Não obstante, as cidades do Vale do Itajaí e, também, da área de Joinville, nasceram a partir da atividade industrial. É válido destacar que a industrialização das áreas alemãs e do sul de Santa Catarina atraíram populações de origem luso-brasileiras – portugueses - (MAMIGONIAN, 1966).

Mira (2000) afirma que no século XX a imigração estrangeira não foi o principal fator do aumento populacional de Santa Catarina, pois neste século a vinda de imigrantes europeus teve pequena representatividade. No século XX, neste caso, o crescimento populacional de Santa Catarina esteve associado ao seu próprio crescimento vegetativo e ao deslocamento de migrantes provenientes principalmente do Rio Grande do Sul e do

¹ A expressão "litoralização" foi utilizada pelo ex-governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique Silveira, no início do seu mandato em 2003, que utilizou como discurso para justificar a criação das Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDR's).

Paraná. A autora define que o século XX a ocupação e o povoamento de Santa Catarina não foram realizados no sentido do litoral em direção ao interior, mas sim, por fluxos migratórios vindos do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Tabela 3 – Número e distribuição percentual dos Imigrantes Interestaduais de Data Fixa segundo Messorregiões Geográficas Catarinenses e Regiões/Unidades da Federação – 2005 – 2010.

Região/UF	Messorregião						Total
	Oeste	Norte	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Fpolis	Sul	
Norte	931	891	134	1.687	1.455	538	5.636
Nordeste	926	2.649	306	10.415	5.454	1780	21.532
Sudeste	4.204	10.923	734	17.401	12.761	3.354	49.377
Paraná	15.296	36.261	2.339	44.832	13.937	5.536	118.200
Rio Grande do Sul	19.356	5.769	1.972	20.090	27.507	17.259	91.953
Centro-Oeste	3.039	1.972	334	4.132	4.132	786	14.643
Total de imigrantes	43.752	58.460	5.819	98.811	65.246	29.252	301.341

Fonte: Extraído de Deschamps e Delgado (2014-adaptado). Baseado em IBGE – Censo Demográfico

Os dados da Tabela 3 evidenciam a grande presença de gaúchos e paranaenses em território catarinense, principalmente no que diz respeito às mesorregiões Vale do Itajaí e Grande Florianópolis. A participação do Paraná se sobressai perante as demais regiões mencionadas, pelo qual soma-se 44.832 migrantes, no Vale do Itajaí e, 13.937 paranaenses na Grande Florianópolis. E, em seguida, os gaúchos somam 20.090 no Vale do Itajaí e, 27.507 imigrantes na Grande Florianópolis. Cabe ressaltar, no entanto, que as duas mesorregiões com maior presença de imigrantes possuem municípios em territórios litorâneos.

Atualmente, Santa Catarina vem vivenciando um amplo processo de transformação no que se refere à distribuição populacional. Esse processo vem se conformando há várias décadas, incrementando o fenômeno denominado “litoralização”. Vale ressaltar que um dos movimentos predominantes no estado é marcado pela redução das populações dos municípios do Oeste e pelo aumento do número de habitantes nas regiões próximas ao oceano Atlântico. E, também, segundo Turnes (2008), o aumento populacional no litoral de Santa Catarina leva em consideração um número expressivo de migrantes vindos de outros estados, os quais representam mais de um terço do número de novos habitantes de Santa Catarina.

A região do Oeste do estado de Santa Catarina vem acompanhando fatores determinantes no que se refere a dinâmica demográfica. Os autores Alves e Mattei (2006) demonstram, em seus estudos, que as transformações na relação entre a agricultura familiar e agroindústrias se constitui como um dos principais efeitos de expulsão nesta região. Os autores apontam sobre um intenso processo de reestruturação agroindustrial que iniciou na década de 1980, pelo qual desencadeou um ambiente de crise na relação entre agroindústrias e produção familiar. A introdução da modernização do campo e o crescimento nas escalas de produção ocasionou mudanças na organização produtiva e, com isso, passou a interferir a tradicional forma de inserção da agricultura familiar.

Vê-se, então, que no caso da região Oeste de Santa Catarina o processo de “litoralização” está acompanhando pela inserção das novas tecnologias na região que, por sua vez, a necessidade de aumentar a produção excluiu alguns pequenos agricultores que não conseguiram acompanhar o processo de modernização na agropecuária da região. Alves e Mattei (2006) abordam, ainda, em sua pesquisa, a diminuição no total de suinocultores nos períodos entre 1995 e 2003. Sobretudo, a introdução das tecnologias e as transformações da agricultura familiar e agroindústria fez que com o Oeste do Estado tenha-se demonstrado como uma região emissora de migrantes.

Por esta abordagem, Turnes (2008) apresenta dados compreendidos no período entre 2000 e 2005 que abordam os principais saldos migratórios para as áreas litorâneas de Santa Catarina (Tabela 4).

Tabela 4 – Principais saldos migratórios para regiões litorâneas de Santa Catarina (2000-2005)

Região	Saldo Migratório		
	Masculino	Feminino	Total
Jaraguá do Sul	8.920	7.970	16.890
Blumenau	13.417	13.001	26.418
Joinville	16.476	15.191	31.667
Itajaí	24.459	24.004	48.463
Grande Florianópolis	32.690	33.172	65.862
Total	95.962	93.338	189.300

Fonte: Extraído de Turnes (2008).

Turnes (2008) indica que as regiões próximas ao litoral catarinense consistem no principal ponto de referência para as pessoas que migram. Também, além de atrair pessoas do interior do estado, a região também recebe migrantes de outras regiões do Brasil. O autor justifica que os bons níveis de qualidade de vida, expressos por índices elevados para o padrão brasileiro e, o dinamismo econômico destas regiões, são fatores de atração para estes migrantes.

Por esta análise, os dados do IBGE (início do século XXI) apontam que a região do Vale do Itajaí é a que mais atrai migrantes. A região possui uma economia diversificada e com grande participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual. O crescimento econômico das últimas décadas consolidou o Vale do Itajaí com uma das regiões mais dinâmicas de Santa Catarina. Os municípios de Balneário Camboriú, Brusque, Itajaí e Blumenau são os que apresentam maior intensidade no que se refere à atração de migrantes.

4. Balneário Camboriú: um breve estudo demográfico

As territorialidades e os processos de (re)territorialização oriundos das migrações e discutidos pelos autores lançam à luz discussões acerca das transformações demográficas no litoral catarinense. Sobretudo, o município de Balneário Camboriú, localizado no litoral norte do Estado de Santa Catarina, se destaca na perspectiva dos movimentos migratórios. Sendo assim, a escolha dos dados demográficos de Balneário Camboriú, em uma perspectiva migratória, auxilia nos estudos sobre o processo de litoralização mencionado no decorrer do trabalho.

Pertencente a mesorregião do Vale do Itajaí, a cidade possui o segundo menor território do estado - apenas 45.214km² - e, atualmente, residem cerca de 149.227 habitantes, segundo os dados da população estimada de 2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

O povoamento da região do Vale do Itajaí teve início em 1758 e, Balneário Camboriú, desde cedo revelou sua vocação turística. O primeiro hotel foi construído em 1932 e, a partir daí, desenvolveu-se uma excelente infraestrutura turística e comercial na cidade e na região. Em 1964, o distrito de Arraial do Bom Sucesso, pertencente ao município de Camboriú, emancipou-se e adotou o nome atual de Balneário Camboriú (SEBRAE/SC, 2013).

A emancipação da cidade, em 1964, foi acompanhada no mesmo período pela construção da rodovia federal BR-101 que, por sua vez, possui um traçado na linha costeira do país. No entanto, outros investimentos catarinenses, também financiados pelo estado, introduziram atrativos naturais no litoral que, ao seu turno, permitiram o contato entre as cidades litorâneas e proporcionaram um bom acesso de trânsito aos estados vizinhos (PEREIRA, 2003). Assim, Silva (2022) aponta que tais investimentos aceleraram a urbanização e impulsionaram o setor terciário e a construção civil. Desde então, o turismo tem sido considerado como o grande responsável pelo desenvolvimento econômico de Balneário Camboriú e, também, pela forte "atração populacional" da cidade.

Por possuir um pequeno território, a cidade de Balneário Camboriú demanda um planejamento territorial que impacta nos processos de organização espacial, econômica e social. O predomínio de edifícios consolida um processo de verticalização das construções do município, em grande parte impulsionado pelo crescimento populacional que, no

entanto, é estimulado por matrizes econômicas como o turismo e a construção civil (CARVALHO, 2018). Desta forma, nos últimos anos, a cidade se consolidou como um polo de atração populacional e um expressivo crescimento demográfico (Tabela 5).

Tabela 5 – População relativa por gênero e localidade do município de Balneário Camboriú (censos 1980-2010).

Censos	Gênero		Localidade	
	Ano	Homens	Mulheres	Urbana
1980	10.702	11.152	21.580	274
1991	19.396	20.912	39.888	420
2000	35.082	38.373	73.455	-
2010	51.393	56.696	108.089	-

Fonte: Censo IBGE – Censos demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Em 1980, segundo os dados do IBGE, Balneário Camboriú possuía 21.854 habitantes e em 1991 contava com 40.308 residentes. No ano de 2000 a população de Balneário Camboriú era de aproximadamente 73 mil e, em 2010 de acordo com o Censo, o Município chegou a 108.089 habitantes. Por fim, segundo a população estimada do IBGE, de 2021, registrou aproximadamente 149 mil habitantes, considerada, então, uma cidade média. Cabe ressaltar também que, a partir dos anos 2000 devido à expansão urbana, Balneário Camboriú conta com uma área de 100% em perímetro urbano.

No entanto, por meio dos dados censitários é possível perceber o grande aumento demográfico nas últimas décadas que, entretanto, não pode ser explicado apenas pelo crescimento vegetativo, mas sim pela forte influência dos movimentos migratórios.

Tabela 6 – Comparativo da população absoluta Santa Catarina/Balneário Camboriú

População residente				
Ano	Santa Catarina	Incremento (%)	Balneário Camboriú (SC)	Incremento (%)
1970	2.901.660	-	10.839	-
1980	3.628.292	25,04	21.854	101,62
1991	4.541.994	25,18	40.308	84,44
2000	5.356.360	17,93	73.455	82,23
2010	6.248.436	16,65	108.089	47,15
2020*	7.252.502	16,07	145.796	34,89

Fonte: Extraído de Silva (2022) a partir de SIDRA/IBGE - *estimativa

Os dados da tabela 6 evidenciam que o crescimento populacional de Balneário Camboriú é muito superior à média do Estado. Desde de 1970 até os dias atuais, a cidade teve um aumento de aproximadamente 1200%, ou seja, de uma população de 10 mil

habitantes para 145 mil, entre os períodos de 1970 a 2020. Assim, justifica-se a forte presença migratória ao litoral motivadas pelo crescimento econômico local (turismo e comércio). É importante salientar que os estudos de migração interna na cidade evidenciam uma forte presença de migrantes da Região Sul do Brasil (Tabela 7).

Tabela 7 – População residente em Balneário Camboriú, por lugar de nascimento e sexo (2010)

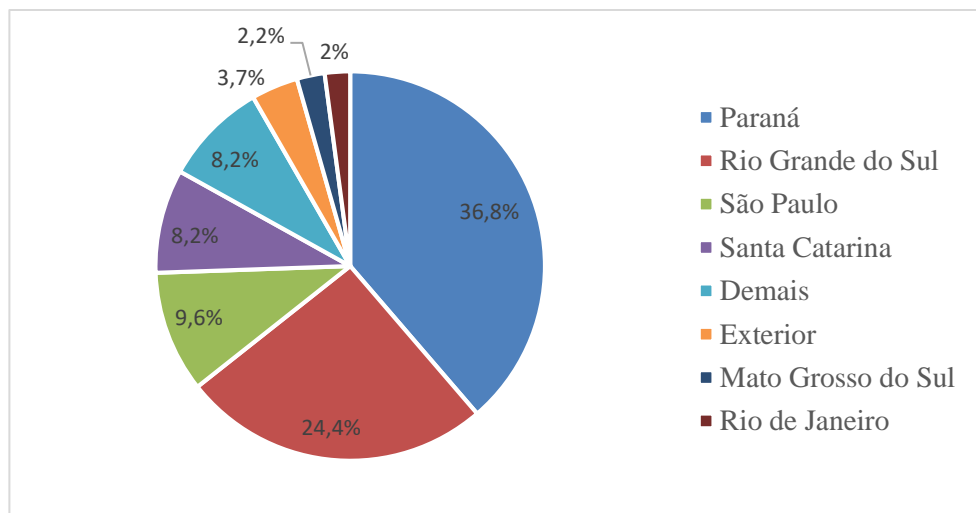
Lugar de Nascimento	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	108.089	51.393	56.696
Região Norte	490	200	291
Região Nordeste	1.861	900	961
Região Sudeste	8.191	4.268	3.923
Região Sul	93.828	43.955	49.873
Paraná	18.037	8.602	9.435
Santa Catarina	58.635	27.716	30.919
Rio Grande do Sul	17.156	7.637	9.519
Região Centro-Oeste	1.508	800	707
País estrangeiro	1.379	900	479

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em IBGE/SIDRA - Censos demográficos (1970-2010).

Os dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), de 2010, apontam uma considerável parcela da população oriundas dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, com 18.037 e 17.156 migrantes destes estados, respectivamente. É interessante ressaltar ainda que a presença de mulheres é mais expressiva nos respectivos estados, bem como na maioria dos outros lugares de nascimento apontados na tabela 7.

O gráfico a seguir indica as pessoas residentes em Santa Catarina, também pelo censo 2010, sobretudo, os lugares de nascimentos dos estados brasileiros de maiores destaques em Balneário Camboriú.

Gráfico 1 – Pessoas que residiam há menos de 10 anos interrompidos no município, por lugar de residência anterior (Balneário Camboriú – 2010).



Fonte: Extraído de Silva (2022). Baseado em SIDRA/IBGE – Censo Demográfico

A representação dos locais de origem dos grupos de imigrantes, verificados no gráfico acima, confirma a grande presença de nascidos no Paraná e Rio Grande do Sul e, em seguida, o estado de São Paulo. Convém salientar que, ao levar em consideração sua população, em 2010, num total de 108.089 habitantes, tem-se a conclusão que aproximadamente 87 mil pessoas da cidade eram imigrantes.

Não obstante, o fenômeno da litoralização é evidente em Balneário Camboriú, principalmente no que se refere a busca de novas oportunidades de trabalho. Sendo assim, a População Economicamente Ativa (PEA)² da cidade teve uma evolução nos últimos dois censos. Nos anos 2000, segundo o IBGE, Balneário Camboriú contava com 52% da população economicamente ativa e, no censo de 2010, já apontava 59,4%.

Ao considerar os referidos aspectos é importante ressaltar que os números apontados nos censos, principalmente o de 2010, não acompanham o fenômeno demográfico atual. Em razão, sobretudo, pela não realização do censo nos anos de 2020 e 2021 em decorrência da pandemia COVID-2019 e, também, por cortes de verbas em áreas essenciais.

4. Considerações Finais

Estudar as teorias do território – territorialização, territorialidades, multiterritorialidades - abre espaço para um melhor entendimento nas pesquisas sobre os fenômenos migratórios. Diante de tal concepção é necessário lembrar, nas palavras de

² A população economicamente ativa (PEA) se caracteriza por abranger todos os indivíduos de um lugar que estariam legalmente aptos ao trabalho, ou seja, todos os indivíduos ocupados e, também, desempregados. Sendo assim, no Brasil o IBGE calcula a PEA como o conjunto de pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego.

Sayad (2000, p.12) que “emigrar e imigrar é, antes de mais nada, mudar de espaço, de território”. Deste modo, compreender as migrações pela conjuntura do território permite compreender a estruturação de políticas públicas aos migrantes que, por sua vez, impõem territorialidades e transformam o espaço. É por esse viés, no entanto, que se insere o processo de transformação demográfica no Estado de Santa Catarina, em especial as cidades litorâneas.

Baseado nesse contexto, afirma-se que, segundo os dados levantados, o município de Balneário Camboriú teve um crescimento demográfico expressivo na última década. Tal fator, neste caso, acarretou mudanças territoriais, sociais, ambientais e econômicas. Verificou-se, também, que a litoralização em Santa Catarina é um processo crescente e que muito do fluxo de migrantes para este estado provém dos estados vizinhos - Paraná e Rio Grande do Sul.

Relacionando as teorias conceituais de território com as migrações, podemos notar que as migrações podem ser tomadas como produto da configuração dos territórios. Migração e território são processos sociais complexos, multifacetados e interconectados. O migrante se desterritorializa ao mesmo tempo em que reterritorializa-se em outro local, absorvendo elementos do seu novo território e trazendo elementos consigo. Embora se estabeleça uma nova relação territorial, o migrante não se desvincula de sua identidade territorial original, que na maioria das vezes se mantém, independentemente de onde ele pretende migrar.

Assim, podemos concluir que os processos migratórios podem ser tão complexos e multidimensionais quanto as teorias do território. Desta forma, correlacionar tais conceitos pode auxiliar no entendimento das mudanças e melhorias que, por sua vez, podem vir a ser implantadas para que se tenha mais oportunidades de se obter um desenvolvimento territorial justo, diverso e igualitário.

4. Referências Bibliográficas

ALVES, P. A.; MATTEI, L. F. **Migrações no oeste catarinense**: história e elementos explicativos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XV., 2006, Caxambú. Anais... Campinas: Abep, 2006. p. 1-19.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; SANTOS, Roselí Alves dos. **Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial**. In M. A. Saquet (org), E. S. Sposito (org), Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos (pp. 315 - 340). São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2009.

Cassaniga & Dametto

Territorialização e migração: um breve estudo demográfico sobre o processo de litoralização em Balneário Camboriú/SC

CARVALHO, Eduardo Zanatta de. **Trajatória de migrantes haitianos e haitianas em Balneário Camboriú/SC**: os desafios para a inserção laboral, o associativismo e a integração sociocultural. 2018. 75 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

DESCHAMPS, Marley Vanice; DELGADO, Paulo Roberto. **Santa Catarina no contexto migratório nacional**: um estudo dos fluxos e das características de quem migra. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2014, São Pedro. Anais [...] .São Pedro;, 2014. p. 1-20.

HAESBAERT, Rogério. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda**. Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE Cidade: **Balneário Camboriú**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

IBGE. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

JURGENFELD, V. F. **Transformações dos grandes grupos têxteis de Blumenau e Brusque após 1970**: a financeirização e o novos espaços de acumulação. 2012. 216 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil)**: gênese e transformações recentes. In: Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 99-129, jan./jun. 2003.

MIRA, M. A. F. B. A sócio-demografia de Santa Catarina no Século XX. In:

119 MELLO, O. F.; LINS, H. G.; PEREIRA, N. V. **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In M. A. Saquet (org), E. S. Sposito (org), Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos (p. 17 - 35). São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2009.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem (Antropogeografia)**. In: MORAES, Antonio Carlos. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. p.32-107.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

Cassaniga & Dametto

Territorialização e migração: um breve estudo demográfico sobre o processo de litoralização em Balneário Camboriú/SC

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

SAYAD, Abdelmalek. **O retorno segundo Abdelmalek Sayad**. Revista Travessia. São Paulo, v. Especial, p. 3-33, jan. 2000

SEABRA, F.; BEZ, R.; BORNSCHEIN, F. C. **O efeito litoralização e a distribuição regional de renda e de população em Santa Catarina**. Ensaios Fee, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 197-216, jun. 2011.

SEBRAE (SC). **Santa Catarina em números**: Balneário Camboriú/Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>

SILVA, M. C. da; MATTEI, L. **Breves notas sobre a demografia na região da Grande Florianópolis na primeira década do século XXI**. Revista Necat, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 89-101, jun. 2013.

SILVA, Marcos Antônio da. **Trabalho e Educação**: a reprodução social de trabalhadores migrantes do município de balneário camboriú/sc em 2020, no contexto da pandemia da covid-19. 2022. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

TURNES, V. A. **Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 4, n. 1, p. 155-194, abr. 2008. Trimestral.